

Prova: VUNESP - 2025 - TJ-RJ - Juiz Substituto

1 - Determina o artigo 89 da Lei nº 9.099/95: “nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos (...)”. Assim, considere a seguinte situação hipotética: Cneu teve denúncia oferecida por crime praticado em situação de violência doméstica contra a mulher, que prevê pena de 1 a 2 anos de detenção ou multa. Nesse contexto, o órgão do Ministério Público negou-se a propor a suspensão condicional do processo, argumentando que a pena cominada é excedente à moldura legal da suspensão (por também haver previsão de multa no caso concreto) e que há vedação de suspensão do processo nos crimes cometidos em situação de violência doméstica contra a mulher. Diante desse cenário, de acordo com o entendimento sumulado pelo TJRJ e texto das Leis nº 11.340/06 e 9.099/95, é correto afirmar que

- a) ambas as justificativas são incorretas.
- b) apenas a segunda justificativa é correta.
- c) ambas as justificativas são corretas.
- d) apenas a primeira justificativa é correta.
- e) a proposta de suspensão deve ser feita após o recebimento da denúncia.

Prova: VUNESP - 2024 - TJ-SP - Escrevente Técnico Judiciário (reaplicação)

2 - Tendo em vista a Lei no 9.099/95, na parte correspondente ao Juizado Especial Criminal, é correto afirmar:

- a) a pena restritiva aplicada em decorrência do acordo homologado judicialmente implicará reincidência, impedindo novamente o mesmo benefício no prazo de 5 anos.
- b) as obrigações a que ficará sujeito o acusado, em eventual acordo de suspensão condicional do processo, não se restringem às citadas na lei, podendo o juiz fixar outras, desde que adequadas ao fato e à condição pessoal do acusado.
- c) a possibilidade de aplicação imediata de pena restritiva de direito, em proposta formulada pelo Ministério Público, é cabível aos crimes processáveis por ação penal pública incondicionada e vedada aos crimes de ação pública condicionada.
- d) a composição dos danos civis entre o autor do fato e a vítima, homologada pelo juiz, implica renúncia ao direito de representação nos crimes de ação penal pública condicionada e extinção da punibilidade nos crimes de ação penal pública incondicionada.
- e) não aceita ou não sendo caso de proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direito e tendo o Ministério Público oferecido denúncia, eventual rejeição, pelo juiz, poderá ser impugnada por recurso em sentido estrito.

Prova: IBGP - 2024 - MPE-MG - Promotor de Justiça Substituto

3 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É possível a suspensão condicional do processo nas infrações penais em concurso material, formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório ou pela incidência da majorante, for inferior a um ano.
- b) Além das condições da suspensão condicional do processo, o juiz pode impor obrigações equivalentes a sanções penais (como a prestação de serviços comunitários), mas que se apresentam tão somente como condições para a incidência do instituto.
- c) Nos procedimentos do Processo Penal, é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, se em decorrência resultar pena cominada inferior a um ano.
- d) Descabe cogitar de direito subjetivo, mas sim de poder-dever do Ministério Público, titular da ação, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo, desde que o faça de forma fundamentada.
- e) Se descumpridas as condições, mas expirado o prazo do período de prova sem que tenha havido revogação da suspensão condicional do processo pelo inadimplemento do acordado, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

Prova: FCC - 2024 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

4 - Alice conduzia seu veículo, em determinada rodovia federal, em velocidade superior à permitida, sendo parada em posto da polícia rodoviária federal e multada pelo agente federal que ali trabalhava. Neste momento, passou a ofendê-lo verbalmente em razão da função. Alice foi conduzida à repartição pública competente para lavratura de Termo Circunstanciado objetivando apuração de crime, em tese, de desacato. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, após a colheita de todas as informações necessárias e, por não fazer jus a qualquer benefício, em razão de possuir péssimos antecedentes e ser reincidente, Alice é denunciada pelo Ministério Público Federal pelo crime do artigo 331, do Código Penal (desacato), seguindo-se o rito do procedimento sumaríssimo previsto na Lei nº 9.099/1995 (art. 12 da Lei nº 10.259/2001). O Magistrado competente, em decisão fundamentada, rejeita a denúncia apresentada pelo Parquet. Nesse caso, inconformado, o Ministério Público Federal poderá interpor

- a) recurso inominado, no prazo de 5 dias.
- b) apelação, no prazo de 5 dias.
- c) apelação, no prazo de 10 dias.
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

Prova: FUNDATEC - 2024 - DPE-PR - Defensor Público - Substituto

5 - No curso do período de provas da suspensão condicional do processo, José é processado pelo delito de vias de fato. Quanto à revogação do benefício processual penal, é correto afirmar que se trata de caso de:

- a) Revogação obrigatória da suspensão condicional do processo, devendo o benefício ser revogado.
- b) Impossibilidade de revogação da suspensão condicional do processo, por se tratar de mero processo em andamento.
- c) Revogação facultativa da suspensão condicional do processo, podendo o benefício ser revogado.
- d) Revogação obrigatória da suspensão condicional do processo, extinguindo-se a punibilidade de José.
- e) Impossibilidade de revogação da suspensão condicional do processo, por se tratar de delito de menor potencial ofensivo.

Prova: IBFC - 2024 - TRF - 5ª REGIÃO - Residência Judicial

6 - A suspensão condicional do processo, também chamada de sursis processual, está prevista no art. 89 da Lei 9.099/1995. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma das condições do sursis processual.

- a) Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo
- b) Proibição de frequentar determinados lugares
- c) Comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, diariamente, para informar e justificar suas atividades
- d) Proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz

Prova: FGV - 2024 - PC-SC - Delegado

7 - Sidnei é investigado pela delegada de polícia pelo crime de falso testemunho (Art. 342 caput do Código Penal), com pena prevista de reclusão de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos e multa.

Fabiano é investigado pelo delegado de polícia pelo crime de fraude em contrato (Art. 337 – L do Código Penal), com pena prevista de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos e multa.

Ailton é investigado pela delegada de polícia pelo crime de lesão corporal de natureza grave (Art. 129 § 1º, III do Código Penal) com pena de reclusão, de 1 (um) ano a 5 (cinco) anos.

Nos termos preconizados pela Lei no 9.099/1995 e pelo Código de Processo Penal, presentes os demais requisitos legais, avalie se o Ministério Público poderá propor:

- I. Acordo de não persecução penal para Sidnei, apenas.
- II. Suspensão condicional do processo para Ailton, apenas.
- III. Suspensão condicional do processo para Sidnei, Fabiano e Ailton.
- IV. Acordo de não persecução penal para Sidnei e Fabiano, apenas.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III.
- e) IV.

Prova: VUNESP - 2023 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário / Área: Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal

8 - No que concerne ao rito sumaríssimo, é correto afirmar que

- a) a denúncia pode ser oralmente oferecida, com redução a termo.
- b) quanto à interposição de apelação e apresentação de razões, seguem-se as regras e prazos do procedimento comum ordinário.
- c) é vedada a condução coercitiva do autor dos fatos.
- d) a resposta à acusação é peça que se exige seja apresentada por escrito.
- e) a sentença deve conter o relatório, ainda que sucinto.